

PMDB adverte para confronto que levará à moratória

Arquivo

Brasília — A cúpula do PMDB está convencida de que o país chegará a um ponto de confrontação com seus credores que levará à suspensão do pagamento da dívida externa. Apesar de fugir ao termo moratória, considerada uma palavra muito marcada e não falar também em suspensão, o documento divulgado ontem pela executiva nacional do partido já faz um alerta para as consequências futuras que esse enfrentamento com os credores trará à população.

“O povo brasileiro tem que estar preparado para enfrentar uma situação difícil e um período prolongado de dura confrontação de interesses. O PMDB reafirma o seu compromisso histórico de lutar até às últimas consequências para preservar os interesses nacionais” — diz o documento.

Divida, impasse

Originalmente, o PMDB usaria a expressão “até a suspensão do pagamento da dívida” sugerida pelo deputado Francisco Pinto (BA), da corrente progressista do partido, mas optou-se no final por suprimi-la e generalizar que lutará “até às últimas consequências”. Segundo dirigentes pemedebistas, a convicção de que o país será obrigado a suspender o pagamento da dívida “está implícito” no texto do documento. Dois dos mais destacados membros da executiva do PMDB confirmaram que será “inevitável”, diante da situação econômica brasileira, suspender o pagamento da dívida.

Durante as duas horas de reunião da executiva nacional do PMDB, nos gabinetes do presidente Ulysses Guimarães, o governador eleito de Pernambuco, Miguel Arraes, e a economista Maria da Conceição Tavares, polarizaram a mais importante discussão: Conceição defendeu a posição de que o documento do PMDB deveria servir apenas de respaldo para as negociações externas que o ministro Dilson Funaro está conduzindo; Arraes queria além disso advertir a população para as dificuldades que vêm por aí. Prevaleceu a posição do governador de Pernambuco. Conceição defendeu um texto “mais sereno” mas Arraes contrargumentou:

— Esse não é um documento a favor da A ou B. É a favor do país que precisa sair do impasse da dívida externa.

O texto finalmente divulgado pelo PMDB foi “atenuado”, segundo Miguel Arraes confessou a um amigo. Foram feitos três documentos: o primeiro escrito pelo próprio Arraes em companhia de Francisco Pinto e do governador Pedro Simon (RS). Entrêgue ao presidente



Ulysses Guimarães negociou moderação do documento

Ulysses Guimarães, ele foi encaminhado ao ministro Raphael de Almeida Magalhães, que o “amaciou”. Na reunião da executiva, a pressão dos setores mais “progressistas” do partido determinou novas alterações no texto final.

Reserva de mercado

Na negociação da dívida externa por exemplo, o país não aceitará abrir mão da reserva de mercado para o setor de informática, segundo sugestão incluída pela deputada Cristina Tavares e aceita por unanimidade. O deputado João Gilberto levantou a importância de também priorizar o combate à dívida externa. E o deputado Carlos Santana (BA), depois de ter três vezes negada a palavra por Ulysses Guimarães, foi duro nas críticas ao governo, por não ter ouvido o partido antes do pacote: “Não podemos mais ficar dando notas de apoio ou de repúdio somente quando tudo já foi decidido pelo governo.”

Nesse ponto da reunião, o líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga sugeriu que o PMDB apresentasse sugestões para ajustes na economia pois, segundo ele, o governo não terá como fugir de novas alterações no Plano Cruzado. Pimenta chegou a citar o mês de janeiro como data para essas modificações. As sugestões, segundo ele, seriam encaminhadas ao governo, prevenindo o PMDB de novas surpresas.

Basicamente, o texto final foi fiel à primeira versão feita por Miguel Arraes.

No tratamento da dívida externa, por exemplo, Arraes dizia: “(...) até agora as novas medidas econômicas estão sendo empregadas sobretudo para equilibrar as contas internas e externas. Configura-se, por conseguinte, um impasse que tende a se aprofundar. É fundamental, portanto, que o país saia do impasse”. Mais adiante, diz o documento original de Arraes, é preciso solucionar “a questão da dívida externa de modo que os recursos reais agora levados para fora revertam para a economia nacional. (...) No mínimo é preciso afastar o intolerável, ou seja, os excessivos sacrifícios a que nosso país e o povo estão submetidos”.

O deputado Ulysses Guimarães, depois da reunião, classificou de “divergências normais” os debates dentro da executiva. Ele disse que “a defesa do crescimento, do salário e do emprego, são pontos intransigentes de defesa do PMDB”. E acrescentou: “tivemos nas urnas o respaldo para a posição que o partido está tomando. Pode haver uma confrontação com os credores, mas nós esperamos que isso não aconteça”. O governador eleito Miguel Arraes defendeu que não haja confronto, mas mostrou-se descrente disso. “Ninguém quer se confrontar, é claro, e se pode não haver tiros, ninguém vai sacar o revólver. Os fatos é que levam a isso. A opinião pública tem que ser levada pouco a pouco para uma reflexão, para não dizerem depois que nós estamos radicalizando”.